



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Pensamento decolonizante, prática intercultural e emancipação:

novas perspectivas para a Filosofia da Educação no contexto latino-americano
Antônio Joaquim Severino

Como citar: SEVERINO, A. J. Pensamento decolonizante, prática intercultural e emancipação: novas perspectivas para a Filosofia da Educação no contexto latino-americano. *In:* CARVALHO, A. B. de; BROCANELLI, C. R.; SANTOS, G. de S. (org.).

Pensamento Latino-Americano e Educação: por uma ética situada. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 19-32.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-25-5.p19-32>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PENSAMENTO DECOLONIZANTE,
PRÁTICA INTERCULTURAL E
EMANCIPAÇÃO: NOVAS PERSPECTIVAS
PARA A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO
CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Antonio Joaquim Severino

Uninove/Feusp

O ensaio desenvolve uma reflexão sobre as exigências epistemológicas e éticas para a abordagem da problemática educacional na América Latina, frente à tomada de consciência da necessidade de decolonização do pensamento dos povos colonizados. Busca explicitar as consequências e os desafios postos pelo epistemicídio embutido no processo de colonização bem como as exigências para sua superação. Defende então três grandes perspectivas para o exercício da Filosofia da Educação nessa circunstância. A primeira perspectiva diz respeito à sua condição de etnoconhecimento; a segunda concerne à exigência da interculturalidade em sua prática; e a terceira impõe a demanda de um

compromisso emancipatório. Por perspectiva etnofilosófica, entende-se a prática do conhecimento a partir das raízes culturais da própria comunidade em sua real condição histórico-social. Para tanto, impõe-se uma postura de questionamento e superação do silenciamento imposto ao pensamento nativo pela intervenção colonizadora que produziu o sufocamento das formas de expressão das culturas locais pré-existentes à chegada dos europeus e impediu que a comunidade latino-americana, que se formou ao longo dos últimos 500 anos, constituísse uma identidade própria e trilhasse caminho diferente daquele traçado pela matriz cultural do colonizador. Por perspectiva intercultural, entende-se a postura de que, uma vez reconhecidas a pluralidade e a diversidade existentes em nosso contexto, se proceda à busca e ao investimento estratégicos com vistas a uma efetiva interação e convivialidade entre essas múltiplas culturas, numa relação mais horizontal de reconhecimento e respeito mútuos, sem hierarquização e hegemonia entre elas. Isso só poderá ocorrer se a filosofia praticada se compromissar com um processo pedagógico e político de emancipação dos homens historicamente situados, engajando-se numa tarefa educacional e política consistente, compartilhando o projeto de assumir a complexidade da condição humana, propondo a se praticar como sustentadora de uma modalidade de etnoconhecimento e como uma abordagem intercultural do conhecimento. A concepção teórica e as experiências práticas da etnofilosofia suscitam uma intervenção epistêmica e pedagógica muito mais abrangente do que o próprio campo do conhecimento científico, demandando e envolvendo toda uma postura filosófica. Põe em ação uma reflexão filosófica que recorta as esferas do epistemológico, do antropológico, do sociológico, do político, do ético, em suma, de toda a esfera cultural. Incluindo uma postura filosófica crítica à hegemonia da racionalidade ocidental e uma afirmação da necessidade de se implementar práticas de racionalidades silenciadas pela dominação epistemológica da filosofia do Ocidente europeu e norte-americano, a tarefa da Filosofia da Educação não pode ser outra se não a de contribuir para preparar as novas gerações, às quais cabe construir uma civilização mais adequada à condição humana de imanência objetiva no mundo, aberta à transcendência subjetiva no existir histórico-social.

RUMO A UMA VIRADA EPISTEMOLÓGICA

Depois de 500 anos de vivência cultural sob o impacto do processo colonizador, vem ganhando corpo, no contexto latino-americano, uma nova perspectiva epistemológica, decorrente da tomada de consciência de que nossa forma de pensar, de exercer o conhecimento, tem sido um tanto alheio à nossa condição existencial histórica específica.

A produção do pensamento, em nosso efetivo contexto cultural, ocorre gerada, conduzida e formatada, reproduzindo modelo para cá transplantado particularmente da Europa, da metrópole cultural colonizadora. Esse modelo importado, articulado ao processo geral da colonização, tornou-se hegemônico, sufocando eventuais formas alternativas de pensamento.

Trata-se, então, de uma tomada de consciência de que, imanente ao processo de colonização econômica, política e cultural, o colonizador praticou igualmente uma repressão e até mesmo um genocídio epistêmico, impondo um modo alheio de pensar, que não levou em conta, em sua constituição, as especificidades existenciais da sociedade em formação. E dada a profundidade dessa impregnação, mesmo depois das independências política e até mesmo econômica, a dependência epistêmica, fundamento de toda expressão cultural possível, continuou presente e hegemônica.

Conscientiza-se, então, de que todo pensar precisa ser intrinsecamente etno-pensamento, etno-conhecimento, ou seja, tem que ter suas raízes no seio da comunidade concreta em que é praticado, raízes estas que precisam ser explicitadas. Toma-se, então, consciência de que, embora todos os seres humanos disponham de uma capacidade de exercício de sua subjetividade, o que é uma dimensão universal, esse exercício da subjetividade se configura sob modalidades logosféricas específicas em cada sociedade histórica.

No que concerne à sociedade e à cultura latino-americana, isso vem levantando a necessidade da revisão de seu posicionamento em relação à cultura e à epistemologia constituídas e formatadas na Europa, ou melhor dizendo, no espaço ocidental euro-norte-americano. Trata-se então do questionamento de um suposto universalismo, que se revela como infundado e falso. Embora haja elementos epistêmicos que podem ser considerados universais – tais como a ciência e a técnica – não se pode

afirmar o mesmo da cultura em geral e, particularmente dos pressupostos epistêmicos do todo o conhecimento.

A REAÇÃO LATINO-AMERICANA

Vem ocorrendo, então, um amplo movimento filosófico e cultural que põe em questão o paradigma epistemológico euro-norte-americano que acabou se impondo e se tornando hegemônico em todo o território geo-cultural da América Latina. Na realidade, essa tomada de consciência e sua explicitação mediante o questionamento do eurocentrismo, já vinham emergindo desde a segunda metade do século XX, em países colonizados da Ásia e da África e mesmo na própria Europa, onde alguns pensadores se tornaram sensíveis a essa situação de alienação e de dependência em que viviam os povos colonizados. Só à guisa de uma referência bem geral, cito alguns autores que se tornaram inspiradores do atual movimento. Assim, criticando a colonização inglesa na Índia, Ranajit Guha, cria o Grupo de Estudos Subalternos, que se estende à África do Sul, o palestino Edward Said discute as relações entre Oriente e Ocidente, Frantz Fanon, martinicano, que aborda com radicalidade o colonialismo, assim como Aimé Césaire e Albert Memi. Boaventura Souza Santos é outro precursor e inspirador do movimento, particularmente ao denunciar o genocídio epistêmico que acompanha o genocídio físico ao longo do processo colonizador, situação que levou ao sufocamento das expressões de conhecimento próprias e originais das culturas das regiões conquistadas e colonizadas.

Na América Latina, sob essa inspiração, a busca da identidade e da originalidade de um pensamento próprio e autônomo, começa a se manifestar mediante trabalhos de pensadores isolados, tais como Leopoldo Zea, Salazar Bondy, Enrique Dussel, Arturo Roig, Paulo Freire. Num primeiro momento, se aglutinaram em torno do **Grupo Estudos subalternos Latino-americanos**, diretamente inspirado no Grupo indiano e agora consolidado no **Grupo Colonialidade/Modernidade**, que agrega nomes como Anibal Quijano, Walter Dignolo, Fernando Coronil, Nelson Maldonado-Torres, Edgardo Langer, Santiago Castro-Gomez, Ramón Grosfoguel. Conta com a contribuição de Catherine Walsh e Immanuel Wallerstein, norte-americanos, de Joseph Easternmann, austríaco e o próprio Boaventura Santos. (BALLESTRIN, 2013; CASTRO-GÓMEZ;

GROSGOUEL, 2007; DUSSEL; MENDIETA; BOHÓRQUEZ, 2008; SEVERINO; MARCONDES, 2019; WALSH, 2012).

REPERCUSSÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Reportando-se aos fundamentos gerais do conhecimento, essa nova perspectiva de pensar vem se colocando na teoria e na prática dos vários campos do conhecimento e das correspondentes atividades humanas. Também no Brasil, já se identificam algumas iniciativas teóricas, promovendo um investimento que vai na direção do reforço da empreitada de decolonização do pensamento latino-americano. Trata-se, então, da participação desses autores brasileiros junto ao processo de reflexão sobre a realidade nacional, implementando a prática sob essa nova abordagem epistemológica, o que vem ocorrendo em diferentes campos do conhecimento. Podem ser citados, então, como se inspirando nesse movimento de decolonização, autores como Fernanda Bragato, no campo do Direito, Luciana Balestrini, no campo sócio-político, Gilberto Ferreira, no campo da Educação, José Eustáquio Romão e Manuel Tavares, no campo da Filosofia.

IMPLICAÇÕES PARA A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Daí a tarefa que se impõe à Filosofia da Educação de rever sua dimensão epistemológica. É que a Educação, até mais que os outros campos, é profundamente enraizada no modo de ser específico de cada sociedade e é a partir dessa condição que ela precisa ser pensada, já que dela se espera justamente a maneira pela qual as pessoas vão se portar, teórica e praticamente, frente à realidade histórica concreta.

Obviamente no caso desse reequacionamento do olhar filosófico-educacional, haverá sempre aproximações reais entre o que se pensa em outros contextos sociais e o que se pode pensar aqui. Isso porque muitas condições históricas concretas se repetem, têm muitas semelhanças nas diversas sociedades do planeta, sob os mais variados aspectos. Mas para que haja um efetivo diálogo, com enriquecimento das partes dialogantes, é preciso que cada parte conheça bem seu próprio contexto e tenha segurança quanto a seu posicionamento.

Aqui entra, então, a decorrente postura das premissas acima colocadas. As relações entre as culturas não será mais a imposição monocultural nem a justaposição multicultural de logosferas diferentes, mas necessariamente uma relação de interculturalidade, entendida esta como um processo de intercâmbio e de interação entre culturas diferentes, em que todas as partes interagentes possam se enriquecer, o que supõe conhecimento e reconhecimento mútuos.

Assim, quando abordamos a obra de um pensador estrangeiro, por exemplo, de Rousseau ou Deleuze, não pode estar em pauta a busca de um modelo explicativo autônomo e automaticamente válido por si mesmo, mas, sobretudo, o conhecimento de uma experiência de pensamento que possa interagir com nossas experiências que também vivenciamos em nosso contexto específico, a ser sempre levado em conta.

Concluindo, sintetizo minha compreensão da tarefa no âmbito de um pensamento decolonizante que se impõe para o exercício da Filosofia da Educação nessa circunstância: cabe-lhe assumir, então, três grandes perspectivas. A primeira perspectiva diz respeito à sua condição de etnoconhecimento, a segunda concerne à exigência da interculturalidade em sua prática e a terceira impõe a demanda de um compromisso emancipatório.

A) A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA ETNO-FILOSÓFICA

Por perspectiva etno-filosófica, entende-se a prática do conhecimento a partir das raízes culturais da própria comunidade em sua real condição histórico-social. Para tanto, impõe-se uma postura de questionamento e superação do silenciamento imposto ao pensamento nativo pela intervenção colonizadora que produziu o sufocamento das formas de expressão das culturas locais pré-existentes à chegada dos europeus e impediu que a comunidade latino-americana, que se formou ao longo dos últimos 500 anos, constituísse uma identidade própria e trilhasse caminho diferente daquele traçado pela matriz cultural do colonizador. (CANDAUI, 2010; CASTRO GÓMEZ; GROSFO-GUEL, 2007; D'AMBROSIO, 2000; FORNET-BETANCOURT, 2004; SILVA 2006; WALSH, 2012).

O MULTICULTURALISMO COMO RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE DAS CULTURAS:

Esta é a grande contribuição do multiculturalismo ao afirmar a existência de múltiplas culturas, merecedoras todas de reconhecimento. Com isso questionando radicalmente a legitimidade de qualquer uma das culturas se impor como mais valiosa sobre as demais. E isso no concernente a todos os aspectos da vida cultural, como é o caso das duas dimensões existenciais que nos interessam neste momento, a educação e da filosofia.

Esta consciência e esse pressuposto de que desconhecer a cultura nativa dos sujeitos, particularmente dos sujeitos educandos, é destruir a identidade dos mesmos. Impõe-se reconhecer e valorizar as expressões culturais particulares de todos os agrupamentos humanos, não só por uma razão epistemológica evitando, assim, todas as formas de etnocídio epistêmico, mas também por razões éticas e políticas, pois sem a garantia de sua identidade, as pessoas humanas não podem ser autônomas, livres e emancipadas.

Mas, o multiculturalismo perde toda sua legitimidade se ele se reduzir a pura afirmação da presença das diferentes culturas, transformadas em novos Narcisos coletivos. É preciso assegurar a intercomunicação entre elas. O multiculturalismo precisa se expressar concretamente como interculturalismo

Tem toda procedência a conclusão de D'Ambrosio, ao afirmar que

O multiculturalismo está se tornando a característica mais marcante da educação atual. Com a grande mobilidade de pessoas e famílias, as relações interculturais serão muito intensas. O encontro intercultural gera conflitos que só poderão ser resolvidos a partir de uma ética que resulta do indivíduo conhecer a sua cultura e respeitar a cultura do outro. O respeito virá do conhecimento. De outra maneira, o comportamento revelará arrogância, superioridade e prepotência, o que resulta, inevitavelmente, em confronto e violência. (2000, p. 151-152).

É só dessa maneira que a educação se legitima. Lutar hoje contra a discriminação, contra a opressão, contra o preconceito e contra a exclusão implica pleitear uma educação que se comprometa em investir os

resultados do conhecimento na construção da cidadania, significando isso a formação de um sujeito autônomo, fonte de seu próprio agir, e situado numa sociedade democraticamente estruturada, que não seja apenas um lugar de heteronomia.

Vemos, então, que a origem da opressão, da perseguição, da discriminação, dos preconceitos e de todos os estigmas que se abatem sobre homens e mulheres está no fato da transformação da diferença em desigualdade. A diferença histórica entre as pessoas, demonstração da diversidade, transforma-se em desigualdade valorativa, o que é tomado como justificativa pelos mais fortes, pelos mais poderosos, para o exercício concreto do poder, realizado como dominação.

Sempre em pauta a dificuldade do reconhecimento da alteridade, como singularidade do outro, e o respeito decorrente da igualdade a ser reconhecida. Somos todos iguais embora diferentes. Esta incapacidade de superar o etnocentrismo, que fecha o observador e o dominador na identidade de seu próprio modo cultural de ser, se fez presente nos mitos, nas religiões, na filosofia e na própria ciência, por mais contradições políticas e morais que seus “conhecimentos” pudessem provocar. No caso da ciência moderna, os reducionismos biologists levaram à pretensa fundamentação das diferenças em termos de leis da própria vida, desconhecendo a dimensão sócio-cultural que as produziram.

B) A EXIGÊNCIA DE UMA PRÁTICA INTERCULTURAL DE PENSAMENTO

Por perspectiva intercultural, entende-se a postura de que, uma vez reconhecidas a pluralidade e a diversidade existentes em nosso contexto, se proceda à busca e ao investimento estratégicos com vistas a uma efetiva interação e convivialidade entre essas múltiplas culturas, numa relação mais horizontal de reconhecimento e respeito mútuos, sem hierarquização e hegemonia entre elas (CANDAUI; RUSSO, 2010; SILVA, 2006; WALSH, 2012).

Na complexa tessitura da sociedade multicultural da América Latina, a via que se vislumbra é aquela de uma práxis intercultural, ou seja, do compromisso da teoria e da prática com um pensar e um agir que reconheçam a consistência, a autonomia e a validade de todas as expressões culturais com presença efetiva na realidade histórica, admitindo-se que

podem entrar em relação entre si, num processo de profícuo intercâmbio, sem impor, umas às outras, qualquer ideia, prática ou norma heterônomas que não sejam decorrência de decisão negociada entre iguais.

Esse diálogo horizontal, essa possível negociação, pressupõe, para os indivíduos e grupos, conhecimento e respeito mútuos, como reforça D'Ambrósio, ao falar da educação:

O encontro intercultural gera conflitos que só poderão ser resolvidos a partir de uma ética que resulta do indivíduo conhecer a sua cultura e respeitar a cultura do outro. O respeito virá do conhecimento. De outra maneira, o comportamento revelará arrogância, superioridade e prepotência, o que resulta, inevitavelmente, em confronto e violência. (2000, p. 151-152).

É verdade histórica que as relações das culturas entre si nem sempre se dão de modo harmonioso, até em função da tendência das culturas mais fortes se imporem sobre as mais frágeis, a se configurar como cultura hegemônica, como se fosse uma cultura superior, digna a ser respeitada como cultura universal, e, portanto, única. De seu lado, muitas vezes, as culturas oprimidas, para afirmarem sua identidade e autonomia, acabam se fechando sobre si mesmas, assumindo uma perspectiva monoculturalista, questionando a possibilidade do diálogo sem dominação com as outras culturas. Também a filosofia corre este risco quando se quer praticar como etnofilosofia.

No caso mais específico do pensar filosófico, a postura intercultural pressupõe a admissão de que o conhecimento humano se enraíza em contextos histórico-sociais bem concretos das diferentes culturas, não procedendo condoreiramente de um logos universal que dispensasse qualquer vinculação às culturas singulares. Leio, nessa direção, as afirmações incisivas de Raul Fornet Betancourt quando, ao tratar da prática da filosofia na América Latina, fala em “superar o uso colonizado da razão, que continua cúmplice da herança colonial” (2004, p. 13), que mantém “a vigência normativa do cânone estabelecido pela tradição acadêmica centro-europeia na metodologia filosófica” (2004, p. 24), quando se desconhece o que é pensado, falado e escrito nas línguas nativas.

Por isso mesmo, a Filosofia da Educação não pode se isolar na sua ilha geográfica ou cultural. É preciso que ela se situe numa perspectiva intercultural, distinta tanto da perspectiva monocultural como daquela puramente policultural. Trata-se então de praticar um universalismo crítico, segundo o qual cada cultura é vista e avaliada em sua qualidade específica e em função da contribuição que pode dar para a construção de uma cultura universal. Cada cultura particular consolida sua identidade na medida mesma em que pode contribuir para o aprimoramento da cultura universal a ser construída historicamente, pois esta não é ainda dada, portanto, na medida em que participa da implementação de um projeto antropológico de construção do humano, esta sim uma tarefa universal, pois se trata do delineamento de caminhos de condução do destino de toda a humanidade (CARVALHO, 1992; LIMA VAZ, 1988; MOUNIER, 2004; SEVERINO, 2001).

Assim, a Filosofia da Educação, ao se conceber e se praticar como etnofilosofia, não se confunde com uma postura etnocentrista, em torno da cultura particular da qual parte e sobre a qual se sustenta. Por isso, o filosofar comprometido com a emancipação e com a construção da autonomia de todos os sujeitos precisa se instaurar numa dupla perspectiva. Ele se quer como uma etnofilosofia, na medida em que sua narrativa tem raízes em seu próprio solo geográfico e cultural, mas, ao mesmo tempo e sob o mesmo impulso, ela se expressa sob uma outra perspectiva mais complexa, a da interculturalidade. Não se trata mais de se diluir numa suposta filosofia universal que, na realidade ocidental, não passou da imposição forçada de um filosofar eurocentrado, nem se isolar num pensar autossuficiente e incomunicável, que não estabelece pontes com outros pensamentos. Trata-se de um discurso dialogante, que supõe a alteridade e com ela estabelece comunicação. O diálogo filosófico se constitui no seio da matriz de um diálogo intercultural

A decolonização é condição *sine qua non* para uma autêntica interculturalidade. Por isso, o investimento educativo pressupõe um posicionamento crítico frente ao eurocentrismo, em todas as esferas da existência: do poder, do saber e do ser. Por isso, a educação precisa envolver estratégias políticas, éticas e epistêmicas, engajando-se numa luta sem trégua contra todas as formas de ação colonizadoras, assumidas sob um pensamento hegemônico ocidentalocêntrico monocultural, de pretensão

universalista. Trata-se então de questionar e descartar as propostas de ação intercultural de cunho funcionalizante, ou seja, aquela interculturalidade funcional para o sistema hegemônico vigente, o capitalismo neoliberal, no caso da América Latina. São propostas de diálogo, de convivência, marcadas pela tolerância e pelo esforço em evitar conflitos. Tais processos são compatíveis com a lógica do atual modelo neoliberal do capitalismo, ocultando as contradições que tecem a realidade social, diluindo as diferenças efetivamente presentes na diversidade. Mas não passam de estratégias para se manter a colonialidade de nossa existência histórica.

C) A NECESSÁRIA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

Isso só poderá ocorrer se a filosofia praticada se compromissar com um processo pedagógico e político de emancipação dos homens historicamente situados, engajando-se numa tarefa educacional e política consistente, compartilhando o projeto de assumir a complexidade da condição humana, propondo a se praticar como sustentadora de uma modalidade de etno-conhecimento e como uma abordagem intercultural do conhecimento. A concepção teórica e as experiências práticas da etno-filosofia suscitam uma intervenção epistêmica e pedagógica muito mais abrangente do que o próprio campo do conhecimento científico, demandando e envolvendo toda uma postura filosófica. Põe em ação uma reflexão filosófica, que recorta as esferas do epistemológico, do antropológico, do sociológico, do político, do ético, em suma, de toda a esfera cultural. Incluindo uma postura filosófica crítica à hegemonia da racionalidade ocidental e uma afirmação da necessidade de se implementar práticas de racionalidades silenciadas pela dominação epistemológica da filosofia do Ocidente europeu e norte-americano, a tarefa da Filosofia da Educação não pode ser outra se não a de contribuir para preparar as novas gerações, às quais cabe construir uma civilização mais adequada à condição humana de imanência objetiva no mundo, aberta à transcendência subjetiva no existir histórico-social.

É só dessa maneira que a educação se legitima. Lutar hoje contra a discriminação, contra a opressão, contra o preconceito e contra a exclusão implica pleitear uma educação que se comprometa em investir os resultados do conhecimento na construção da cidadania, significando isso

a formação de um sujeito autônomo, fonte de seu próprio agir, e situado numa sociedade democraticamente estruturada, que não seja apenas um lugar de heteronomia.

É íntima a aproximação que os teóricos modernos fizeram entre democracia e o caráter público da atuação do Estado (por isso mesmo, deveria ser preferencialmente uma *res publica*), mediante a qual poderia assegurar a todos os integrantes da sociedade o acesso e o usufruto dos bens humanos, garantindo a todos, com o máximo de equidade, o compartilhamento do bem comum. No entanto, essa expectativa tende a frustrar-se continuamente, tal a fragilidade do direito em nossa sociedade. A experiência histórica da sociedade brasileira foi e continua sendo marcada pela realidade brutal da violência, do autoritarismo, da dominação, da injustiça, da discriminação, da exclusão, enfim, da falta do direito. É assim que o nosso não tem sido um Estado de direito, ele sempre foi, sob as mais variadas formas, um Estado de fato, onde as decisões são tomadas e implementadas sob o império da força e da dominação. Não é um agenciador dos interesses coletivos e muito menos dos interesses dos segmentos mais fracos da população que constitui sua sociedade civil. Na verdade, as relações de poder no interior da sociedade brasileira continuam moldadas nas relações de tipo escravocrático que a fundaram, aquelas relações do tipo “casa grande e senzala”, metáfora que é, na verdade, descrição científica.

CONCLUSÃO

A destinação de uma Filosofia da Educação criticamente concebida e praticada não pode ser outra se não a de contribuir para preparar as novas gerações às quais cabe construir uma civilização mais feliz. O que ela só poderá fazer se se compromissar com um processo pedagógico e político de emancipação dos homens historicamente situados. É o que se vislumbra pela utopia de uma nova realidade social, de um outro mundo em que indivíduos, sociedades e natureza se relacionem de modo a garantir um bem viver, que vêm propondo os pensadores da decolonização.

Daí o compromisso da Filosofia de se engajar numa tarefa educacional e política consistente, compartilhando o projeto de assumir a complexidade da condição humana, propondo a se praticar como

sustentadora de uma modalidade de etnoconhecimento e como uma abordagem intercultural do saber, do poder e do existir. Compromisso de se praticar também como Filosofia da Educação.

A concepção teórica e as experiências práticas da etnofilosofia suscitam uma intervenção epistêmica e pedagógica muito mais abrangente do que o próprio campo do conhecimento científico, demandando e envolvendo toda uma postura filosófica e educacional. Põe em ação uma reflexão filosófica, que recorta as esferas do epistemológico, do antropológico, do sociológico, do político, do ético, em suma, de toda a esfera cultural.

Não há como não reconhecer, implícita nessa postura filosófica, uma crítica à hegemonia da racionalidade ocidental e a afirmação da necessidade de se implementar práticas de racionalidades silenciadas pela dominação epistemológica da filosofia do Ocidente europeu.

Trata-se de reconhecer e afirmar a existência de múltiplas culturas que se manifestam como expressões de logosferas particulares, próprias de cada uma delas. Daí a necessária crítica à pretensão de universalismo da epistemologia fundada na logosfera da tradição ocidental, pleiteando-se para a filosofia latino-americana uma perspectiva epistemológica fundada em sua experiência, vivenciada e elaborada pela sua própria logosfera.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polit.*, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- CANDAU, Vera M.; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.
- CARVALHO, Adalberto D. de. *A Educação como projecto antropológico*. Porto: Afrontamento, 1992.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.
- D'AMBROSIO, U. Etnomatemática: uma proposta pedagógica para a civilização em mudança. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 1., São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Feusp, 2000. p. 143-152.

- DUSSEL, Enrique; MENDIETA, Eduardo; BOHÓRQUEZ, Carmen (ed.). *El pensamiento filosófico latinoamericano del Caribe y "latino" (1300-2000): historia, corrientes, temas y filósofos*. Mexico/Maracaibo: Siglo XXI, 2008.
- FORNET-BETANCOURT, R. *Interculturalidade: críticas, diálogos e perspectivas*. Tradução de Angela Tereza Sperb. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.
- LIMA VAZ, Henrique C. de. *Escritos de Filosofia II*. São Paulo: Loyola, 1988.
- MOUNIER, Emmanuel. *O Personalismo*. São Paulo: Centauro, 2004.
- SEVERINO, Antonio J. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'Água, 2001.
- SEVERINO, Antonio J.; MARCONDES, Ofélia M. (org.). *Filosofia da Educação na América Latina: aproximações, diálogos e perspectivas*. São Paulo: Cartago, 2019.
- SILVA, Gilberto F. da. Cultura(s), currículo, diversidade: por uma proposição intercultural. *Contrapontos*, Itajaí-Univalli, v. 6, n. 1, p. 137-148, jan./abr. 2006.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: perspectivas críticas y políticas. *Visão Global*, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.